



---

# AGENDA ESTRATÉGICA 2010 - 2015

---



# TABACO



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Secretaria Executiva

# Agenda Estratégica

Tabaco \_\_\_\_\_ 2010 - 2015

## **Missão Mapa**

*Promover o desenvolvimento sustentável e  
a competitividade do agronegócio  
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília - DF  
2011

@ 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.  
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 50 exemplares

Ano 2011

**Elaboração, distribuição, informações:**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ed. sede

CEP: 070043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2772

Fax.: (61) 3225-4200

www.agricultura.gov.br

e-mail: cgac@agricultura.gov.br

**Central de Relacionamento:** 0800 704 1995

**Coordenação Editorial:** Assessoria de Comunicação Social

**Equipe técnica:**

Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Ayrton Jun Ussami

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Manoel Galvão Messias Junior

Sônia Azevedo Nunes

Daniela Firmino Santana

Joana Fernandes Vieira

Leandro Pires Bezerra de Lima

Lara Katryne Felix Pinto

Francisca Leôncio de Sales Mendes

Marcos Gilberto Maia Bizerra,

Ruben Bezerra Oliveira

Carmen Santos

*Impresso no Brasil / Printed in Brazil*

Catálogo na Fonte  
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Cacau / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Executiva. – Brasília : Mapa/ACS, 2011.

43 p. (Agenda Estratégica 2010 – 2015)

1. Cacau. 2. Agricultura. I. Secretaria Executiva. II. Série.

AGRIS F01  
CDU 633.74

# INTRODUÇÃO

A Agenda Estratégica 2010 - 2015 é fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do Governo que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais, como permitem pensar no futuro, construir planos e projetos de médio e longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, as chamadas questões estruturais.

A elaboração desta Agenda Estratégica teve início dia 07 de abril de 2010, quando o plenário da 28ª Reunião Ordinária, aprovou a composição de um grupo de trabalho para tal objetivo sob a coordenação da CGAC- Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA.

Já no dia 06 de abril de 2010 foi realizada a primeira reunião do grupo em um dia inteiro de trabalho, ocasião em que, por meio de metodologia adequada, foi levantado um conjunto de propostas dispostas em 10 temas. Após esse primeiro exercício, a Coordenação-Geral das Câmaras promoveu um trabalho de organização e sistematização desse conjunto de propostas, por Temas, Itens de Agenda e algumas Diretrizes. Esse trabalho foi conduzido de forma a agrupar esse conjunto de propostas em eixos temáticos que possam ser trabalhados e aprofundados por grupos de trabalhos específicos a serem criados nas próximas reuniões da Câmara Setorial e ou outras deliberações pertinentes. Para fechar a proposta inicial da Agenda Estratégica o Grupo de Trabalho voltou a se reunir no dia 11 de maio, com o objetivo de consolidar e validar a sistematização realizada.

A partir de então a proposta de Agenda aprovada pelo Grupo de Trabalho foi encaminhada para todos os membros da Câmara Setorial, que tiveram oportunidade de questioná-la e contribuir com sugestões. Providência seguinte foi submetê-la a discussão e aprovação em reunião ordinária da Câmara Setorial.

A Agenda Estratégica tem caráter dinâmico e todas as oportunidades de contribuição dos integrantes da Câmara Setorial foram e serão consideradas. Sendo observado o caráter consultivo e de espaço de diálogo privilegiado proporcionado pelo ambiente das Câmaras Setoriais, no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos governamentais e da própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva.

## Objetivos

---


A Agenda Estratégica tem como principais objetivos:

- (1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- (2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- (3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

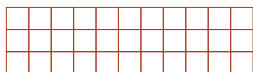
O documento a seguir apresenta o quadro resumo com os Grandes Temas, os itens da Agenda e as Diretrizes que balizarão a discussão dos temas e a construção de propostas por parte da Câmara.

## Grupo de Trabalho

---

O Grupo foi composto por:

- Benício Albano Werner - AFUBRA
- Romeu Schneider - AFUBRA
- Ricardo Machado Becker - SINDITABACO/BA
- Odacir Tonelli Strada - FUMEX TABACALERA
- Josenita Souza Salomão - SINTIFA
- Marcos Augusto de J. Souza - COOPERSAC/PNCA
- Osvaldo Pereira Paz - C.V. de Cruz das Almas
- Sérgio Paulo Vilas Boas Souza - SINDIFUMO/SP
- José Henrique Nunes Barreto - SINDIFUMO/SP
- Flávio Marques Gouani - SINDIFUMO/RJ
- Arim Mendes Rio - SINDIFUMO/RJ
- Carlos Antonio Kohler - CNTA
- Sérgio Rauber - SINDITABACO/RS
- Iro Schunke - SINDITABACO/RS
- Carlos Galant - ABIFUMO



## Membros da Câmara

---

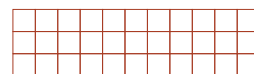
**Presidente:** Romeu Schneider

**Secretário:** Manoel Galvão Messias Júnior

**Consultor Especial:** Francisco Natal Signor

### Membros:

- **Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO**  
**Titular:** Mauricio Otávio Mendonça Jorge  
**Suplente:** Carlos Fernando Costa Galant
- **Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA**  
**Titular:** Benício Albano Werner  
**Suplente:** Romeu Schneider
- **Associação dos Municípios Centro Sul do Paraná - AMCESPAR**  
**Titular:** Vicente Solda  
**Suplente:** Paulo Chauszcz
- **Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo - AMVARP**  
**Titular:** Airton Artus  
**Suplente:** Carlos Gilberto Baierle
- **Associação Nacional de Pequenos Agricultores - ANPA**  
**Titular:** Wilson Luiz Rabuske  
**Suplente:** Gilberto de Oliveira Tuhtenhagem
- **Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER**  
**Titular:** Fernando Kuhl  
**Suplente:** Renata Fornelos D. Ramos
- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**  
**Titular:** Sálvio Tonini  
**Suplente:** José Adailton Barbosa Lopes



- **Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos e Afins - CNTA**  
Titular: Carlos Antonio Khloer  
Suplente: Francisco Luiz Oliveira
- **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG**  
Titular: Antoninho Rovaris  
Suplente: Amauri Miotto
- **Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - CUT FETRAF-SUL/CUT**  
Titular: Marcos Rochinski  
Suplente: Albino Gewehr
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - MAPA/SDC**  
Titular: George Simon  
Suplente: José Mauricio Andrade Teixeira
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Política Agrícola - MAPA/SPA**  
Titular: Andressa Beig Jordão  
Suplente: Sávio Rafael Pereira
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - MAPA/SRI**  
Titular: João da Silva Abreu Neto  
Suplente: Silvio Cícero da Silva
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA**  
Titular: Adoniran Sanches Peraci  
Suplente: Adriana Calderan Gregolin





- **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC**  
Titular: Rogério Fabricio Glass  
Suplente: Afonso Celso Brandão de Sá
- **Ministério das Relações Exteriores - MRE**  
Titular: Ricardo de Souza Monteiro  
Suplente: Fernando Sardenberg Zelner Gonçalves
- **Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul - SEAPA/RS**  
Titular: Luiz Augusto Petry  
Suplente: Eugene Cardoso Chouene
- **Ministério da Agricultura/Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul - SFA/RS**  
Titular: Jairo João Carbonari  
Suplente: Alan Erig
- **Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo - SINDIFUMO/SP**  
Titular: José Henrique Nunes Barreto  
Suplente: Sérgio Paulo Villas Boas
- **Sindicato da Indústria do Tabaco do Estado da Bahia - SINDI-TABACO/BA**  
Titular: Ricardo Machado Becker  
Suplente: Genádio Borges Fernandes
- **Sindicato da Indústria do Fumo do Estado do Rio Grande do Sul - SINDITABACO/RS**  
Titular: Iro Schünke  
Suplente: Sérgio Rauber
- **Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas/BA - SINTIFA**  
Titular: Josenita Souza Salomão  
Suplente: José Carlos de Moura



## Coordenação dos Trabalhos

---



- CGAC – Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA

**Equipe:** Aguinaldo José de Lima  
Paulo Marcio Mendonça Araujo  
Manoel Galvão Messias Junior  
Daniela Santana  
Leandro Pires B. de Lima



# 1. ESTATÍSTICAS



## Levantamento das áreas de produção e safras

---

### Diretrizes:

1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, cronograma de trabalho, implantação e manutenção;
2. Levantar eventos ocasionais, granizo, secas, inundações, pragas, entre outros;
3. Convergir os trabalhos para consolidar informação oficial e confiável, através da Conab, após os aperfeiçoamentos requeridos;
4. Utilizar e envolver experiências existentes de demais instituições públicas e privadas;
5. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir;
6. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente, que preserve as questões concorrenciais;
7. Estabelecer parcerias e ou convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.



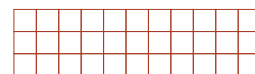
### Diretrizes:

- 13



# 3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(Capacitação, Difusão e Extensão)



## Plano Integrado Região Sul

---

### Diretrizes:

1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER e Empresas Privadas;
2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa, Financeira e Comercial;
3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-obra em todas as operações de manejo e segurança do trabalho, na diversificação, etc;
4. Estabelecer convênios com MDA, Sebrae, Emater, SENAR, EBDA, SDC, ADAB e demais Instituições Públicas e Privadas afins;
6. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão.

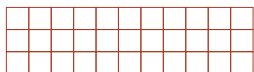
## Plano Integrado Região Nordeste

---

### Diretrizes:

1. Contemplar nos Programas ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc.; / Gestão através de comitê gestor, com coordenação executiva; / Na capacitação de gestão administrativa,

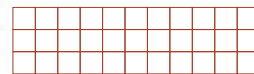




financeira, contemplar temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização; / Que a certificação dos alunos contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo; / Orçamento anual; / Criação de incentivos (exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários; / Aferição de desempenho, com auditoria de execução;

2. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor;
3. Contemplar no programa a difusão de tecnologias existentes e geradas anualmente de forma sistemática;
4. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência;

# 4. DEFESA AGROPECUÁRIA



## Fiscalização e Controle

### Diretrizes:

1. Credenciar Classificadores Oficiais pelo MAPA na região Nordeste, utilizando as experiências já existentes na região Sul;
2. Credenciar laboratórios, no Brasil, para análises de substâncias exigidas pela ANVISA de tabaco e derivados;
3. Credenciar novos laboratórios para análises Fitopatológicas, especialmente na região Nordeste;
4. Registrar e certificar as Sementes produzidas na região Nordeste;
5. Acompanhar e atuar junto à ANVISA nos processos de registro, reclassificação e banimento de produtos utilizados no agronegócio.



# 5. COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO



## Plano Integrado da Região Sul

### Diretrizes:

1. Estabelecer parcerias de promoção internacional com a SRI / MAPA, MRE, APEX e MDIC;
2. Promover estratégias de informação pública de esclarecimentos a respeito de preocupação existentes com as questões ambientais, sociais, sensoriais, históricas do Tabaco Brasileiro e com a diversificação da produção na propriedade;
3. Estabelecer estratégias de identificação de fontes e arrecadação de recursos para aplicar o marketing institucional;
4. Buscar junto ao MTE dados de geração de empregos do Setor, para divulgação;
5. Destacar o volume de Impostos gerados pela Cadeia do Tabaco, comparando-os ao que os mesmos podem proporcionar ao desenvolvimento do país, tais como - tantos % dos recursos de orçamento federal destinado à educação, etc.

## Plano Integrado da Região Nordeste

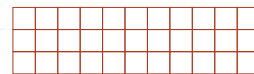
### Diretrizes:

1. Destacar a riqueza do portfólio de variedade que o Brasil possui, do Tabaco Negro ao Virginia;
2. Reivindicar maior participação do MAPA nos contrapontos a ataques exagerados e sem fundamentos técnicos ao Setor;



3. Promover o Tabaco Brasileiro e seus produtos artesanais finais, como Charutos e Cigarrilhas, em mercados externos potenciais, como a China;
4. Contemplar os assuntos relativos ao tabaco e seus produtos artesanais finais, como Charutos e Cigarrilhas, nas publicações do MAPA;
5. Estabelecer estratégias de ampliar as exportações de Tabaco, Charutos e Cigarrilhas do Brasil.

# 6. GESTÃO DA QUALIDADE



## Programa de Produção Integrada

---

### Diretrizes:

1. Agilizar a implementação do programa apoiado pelo MAPA no Sul;
2. Construir o programa de PI no Nordeste.

## Indicação Geográfica (NE)

---

### Diretrizes:

1. Promover trabalhos de parcerias com fomento do Mapa e Sebrae, com foco na região Nordeste.

## Processo de Certificação

---

### Diretrizes:

1. Discutir a aplicação, e/ou ampliação de sistemas de certificação. Aproveitando os mecanismos e experiências existentes e praticadas pelo setor. E em alinhamento, inclusive, com as exigências existentes dos mercados compradores.



# 7. GOVERNANÇA DA CADEIA



## Convenção-Quadro

---

### Diretrizes:

1. Estabelecer um cronograma para acompanhar a implementação da Convenção-Quadro;
2. Garantir a implementação dos compromissos assumidos pelo Governo Federal por ocasião da ratificação da Convenção-Quadro;
3. Posicionar o governo brasileiro para rejeitar a minuta de diretrizes relativas à implementação dos Arts 9 e 10;
4. Posicionar o governo brasileiro em relação aos Art.s 15, 17 e 18.

## Mercado Ilegal

---

### Diretrizes:

1. Promover plano de ações contra a concorrência desleal de charutos e cigarilhas contrabandeados e subfaturados, com adoção de canal vermelho na Alfândega;
2. Buscar junto ao Governo federal recursos para estudo sobre o Mercado Ilegal de Charutos e Cigarilhas no País;
3. Buscar junto ao Governo federal recursos para a implementação da pesquisa sobre o Mercado Ilegal de Cigarros no País aprovado pela Câmara Setorial;
4. Definir estratégias de combate ao Contrabando;





5. Definir estratégias de combate à Falsificação;
6. Definir estratégias de combate à Sonegação Fiscal;
7. Apoiar projetos legislativos que criminalizam a prática de comércio ilícito;
8. Aproximação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça e com a Receita Federal do Brasil;
9. Interagir com a Câmara de Vinhos e Insumos Agropecuários;
10. Estudar a criação de um Serviço de Inteligência do Tabaco junto ao Ministério da Justiça.

## Relações Institucionais

---

### Diretrizes:

1. ANVISA - Reivindicar adequações na legislação, taxas de serviços (especialmente charutos), harmonização de procedimentos, reclassificação e banimento de produtos fitossanitários, entre outros;
2. Receita Federal / MF - Discutir adequações nas regras de registro especial de fabricantes de cigarros, permitindo a autorização prévia e a flexibilização na legislação de embalagens de cigarros quanto a volume, de forma que as embalagens não tenham que obedecer a critérios fiscais, permitindo também a exportação de cigarros em maços de 10 unidades de cigarros;
3. Acompanhar a discussão das políticas relativas ao Merchandising nos pontos de varejo e condições para a entrada e permanência de pequenas e médias empresas no Meca do de cigarros;





# 8. LEGISLAÇÃO



## Legislação Tributária

---

### Diretrizes:

1. Implementar estratégias visando permitir a utilização dos Créditos acumulados de ICMS pelas Indústrias processadoras e cigarreiras;
2. Implementar ações para redução do IPI de Charutos de 30% para 15%;
3. Acompanhar o Projeto de Lei no Congresso de reformulação do IPI - PL 6400.

## Legislação Trabalhista

---

### Diretrizes:

1. Apoiar todos os projetos que promovam a adequação da legislação trabalhista no meio rural sem a perda dos direitos atuais dos trabalhadores;
2. Promover e apoiar projetos de adequação da NR31.

## Legislação Ambiental

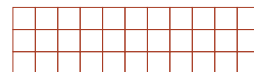
---

### Diretrizes:

1. Acompanhar as alterações da legislação do Código Florestal, de forma a adequá-las as especificidades do Setor.



# 9. CRÉDITO E SEGURO



## Seguro Rural

---

### Diretrizes:

1. Ampliar o acesso dos produtores, trabalhando as especificidades do setor;
2. Atuar junto aos governos estaduais para implantar subvenção estadual ao prêmio similar ao existente em São Paulo;
3. Ampliar a discussão da expansão do Seguro Agrícola com Bancos, Seguradoras, Governo, Produtores e demais envolvidos;
4. Implementar o fundo de catástrofe.

## Crédito Rural

---

### Diretrizes:

1. Buscar a criação de linha de crédito com taxa competitivas para pequenos agricultores, que façam parte dos próximos PAP-Plano Agrícola e Pecuário do Governo Federal.



# 10. COMERCIALIZAÇÃO



## Negociações Internacionais

---

### Diretrizes:

1. Estabelecer negociações bilaterais com o Paraguai em questões de interesse do setor, envolvendo demais cadeias do Agronegócio com o mesmo interesse;
2. Incluir nas negociações Mercosul - EEU a inclusão do Cap. 24 do NCM, no Sistema Geral de Preferências (SGP), inclusive desonerando de alíquotas para zero vis-à-vis;
3. Estabelecer tratamento isonômico de impostos aos Charutos importados de Cuba, hoje com alíquota zero, buscando reverter o acordo comercial no âmbito do Mercosul;
4. Implementação da equalização tributária com os países do Mercosul.

## Exportação de Tabaco para a China

---

### Diretrizes:

1. Incluir no protocolo com a China os Estados da Bahia, Alagoas, Paraná e Santa Catarina.

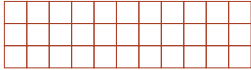
## Taxa de exportação de Cigarros

---

### Diretrizes:

1. Buscar a extinção da taxa de exportação para os países da América Latina após a implementação da equalização tributária com os países do Mercosul.

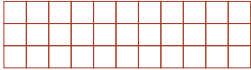


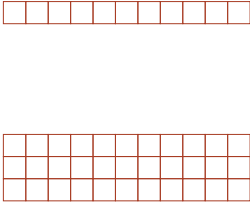


# Agenda Estratégica do Tabaco

Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento das áreas de produção e safras	1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, cronograma de trabalho, implantação e manutenção;
		2. Levantar eventos ocasionais, granizo, secas, inundações, pragas, entre outros.
		3. Convergir os trabalhos para consolidar informação oficial e confiável, através da Conab, após os aperfeiçoamentos requeridos.
		4. Utilizar e envolver experiências existentes de demais instituições publicas e privadas.
		5. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
		6. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente, que preserve as questões concorrenciais
		7. Estabelecer parcerias e ou convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.

Tema	Item	Diretrizes
2. PD&I	Plano Integrado de PD&I do Tabaco	
	1. Estabelecer um ambiente de discussão periodica para a elaboração de agenda minima de PD&I pautada por todos os elos da Cadeia do Tabaco, com o objetivo de se somar aos esforços privados, as instituições publicas afins.	
	2. Identificar todas as instituições de pesquisa publicas e privadas com trabalhos relevantes no setor.	
	3. Desenvolver produtos Orgânicos para uso no controle de pragas e doenças do Tabaco	
	4. Promover estrategias de captação de recursos publicos e privados disponiveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação.	
	5. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da Cadeia do Tabaco	
	6. Disponibilizar pesquisas de temas referentes a saúde e segurança do produtor realizadas pelas empresas e pelos sindicatos	
	7. Contemplar pesquisas de variedades produtivas resistentes a doenças adaptadas ao cultivo na região Nordeste	
	8. Criar Banco de Germoplasma para preservação de variedades utilizadas no NE	
	9. Identificar e classificar variedades potencialmente melhoradoras das Características Sensoriais dos Charutos no Nordeste	
	10. Envolver além da EMBRAPA, UFSM, UNISC, UFRB, UFPeI	



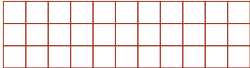


Tema	Item	Diretrizes
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)	Plano Integrado Região SUL	<div>1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER e Empresas Privadas.</div> <div>2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa, Financeira e Comercial</div> <div>3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em todas as operações de manejo e segurança do trabalho, na diversificação, etc.</div> <div>4. Estabelecer convênios com MDA, Sebrae, Emater, SENAR, EBDA, SDC, ADAB e demais Instituições Públicas e Privadas afins</div> <div>6. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão.</div>
	Plano Integrado Região NORDESTE	<div>7. Contemplar nos Programas ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc ; / Gestão através de comitê gestor, com coordenação executiva; / Na capacitação de gestão administrativa, financeira, contemplar temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização; / Que a certificação dos alunos contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo; / Orçamento anual ; / Criação de incentivos (exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários; / Aferição de desempenho, com auditoria de execução;</div> <div>8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor</div> <div>9. Contemplar no programa a difusão de tecnologias existentes e geradas anualmente de forma sistemática.</div> <div>10. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência</div>

Tema	Item	Diretrizes
4. DEFESA AGRÍCOLA	Fiscalização e Controle	<div>1. Credenciar Classificadores Oficiais pelo MAPA na região Nordeste, utilizando as experiências já existentes na região Sul</div> <div>2. Credenciar laboratórios, no Brasil, para análises de substâncias exigidas pela ANVISA de tabaco e derivados</div> <div>3. Credenciar novos laboratórios para análises Fitopatológicas especialmente na região Nordeste</div> <div>4. Registrar e certificar as Sementes produzidas na região Nordeste</div> <div>5. Acompanhar e atuar junto a ANVISA nos processos de registro, reclassificação e banimento de produtos utilizados no agronegócio</div>

Tema	Item	Diretrizes
5. COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO	Grupo de Trabalho SINDITABACO SUL, SINDIFUMO RJ, SP, AFUBRA, FAMURS, CNA, CNTA	1. Estabelecer parcerias de promoção internacional com a SRI / MAPA, MRE, APEX e MDIC
		2. Promover estratégias de informação pública de esclarecimentos ao respeito e preocupação existentes com as questões ambientais, sociais, sensoriais, históricas do Tabaco Brasileiro e com a diversificação da produção na propriedade.
		3. Estabelecer estratégias de identificação e arrecadação de recursos para aplicar o marketing institucional
		4. Buscar junto ao MTE dados de geração de empregos do Setor, para divulgação
		5. Destacar o volume de Impostos gerados pela Cadeia do Tabaco, comparando-os ao que os mesmos podem proporcionar ao desenvolvimento do país , tais como - tantos % dos recursos de orçamento federal destinados a educação, etc....
	Grupo de trabalho SINDITABACO/BA e SINTIFA	6. Destacar a riqueza do portfolio de variedade que o Brasil possui, do Tabaco Negro ao Virginia
		7. Reivindicar maior participação do MAPA nos contrapontos a ataques exagerados e sem fundamentos técnicos ao Setor
		8. Promover o Tabaco Brasileiro e seus produtos artesanais finais, como Charutos e Cigarilhas, em mercados externos potenciais, como a China
		9. Contemplar os assuntos relativos ao tabaco e seus produtos artesanais finais, como Charutos e Cigarilhas, nas publicações do MAPA
		10. Estabelecer estratégias de ampliar as exportações de Tabaco, Charutos e Cigarilhas do Brasil

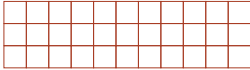


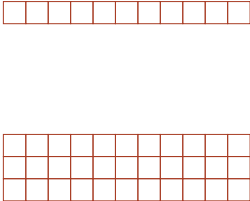


Tema	Item	Diretrizes
6. GESTÃO DA QUALIDADE	Programa de Produção Integrada	1. Agilizar a implementação do programa apoiado pelo MAPA no Sul;
		2. Construir o programa de PI no Nordeste
	Indicação Geográfica (NE)	1. Promover trabalhos de parcerias com fomento do Mapa e Sebrae, com foco na região Nordeste
	Processo de Certificação	1. Discutir a aplicação, e ou ampliação de sistemas de certificação. Aproveitando os mecanismos e experiências existentes e praticadas pelo setor. E em alinhamento, inclusive, com as exigências existentes dos mercados compradores.

Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Convenção Quadro	1. Estabelecer um cronograma para acompanhar a implementação da Convenção-Quadro
		2. Garantir a implementação dos compromissos assumidos pelo Governo Federal por ocasião da ratificação da Convenção-Quadro
		3. Posicionar o governo brasileiro para rejeitar a minuta de diretrizes relativas a implementação dos Arts 9 e 10
		4. Posicionar o governo brasileiro em relação aos Art.s 15, 17 e 18

Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Mercado Ilegal	1. Promover plano de ações contra a concorrência desleal de charutos e cigarrilhas contrabandeados e subfaturados, com adoção de canal vermelho na Alfândega
		2. Buscar junto ao Governo federal recursos para estudo sobre o Mercado Ilegal de Charutos e Cigarrilhas no País
		3. Buscar junto ao Governo federal recursos para a implementação da pesquisa sobre o Mercado Ilegal de Cigarros no País aprovado pela Câmara Setorial
		4. Definir estratégias de combate ao Contrabando
		5. Definir estratégias de combate à Falsificação
		6. Definir estratégias de combate à Sonegação Fiscal
		7. Apoiar projetos legislativos que criminalizam a prática de comércio ilícito
		8. Aproximação do Conselho nacional de Combate a pirataria do Ministerio da Justiça e com a Receita Federal do Brasil
		9. Interagir com a Câmara de Vinhos e Defensivos Agrícolas
		10. Estudar a criação de um Serviço de Inteligência do Tabaco junto ao Ministério da justiça

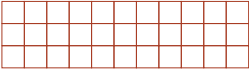




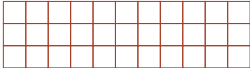
Tema	Item	Diretrizes
7 .GOVERNANÇA DA CADEIA	Relações Institucionais	1. ANVISA - Reivindicar adequações na legislação, taxas de serviços (especialmente charutos), harmonização de procedimentos, reclassificação e banimento de produtos fitossanitários, entre outros.
		2. Receita Federal / MF - Discutir adequações nas regras de registro especial de fabricantes de cigarros, permitindo a autorização prévia e a flexibilização na legislação de embalagens de cigarros quanto a volume, de forma que as embalagens não tenham que obedecer a critérios fiscais, permitindo também a exportação de cigarros em maços de 10 unidades de cigarros -
		3. Acompanhar a discussão das políticas relativas ao Merchandising nos pontos de varejo e condições para a entrada e permanência de pequenas e médias empresas no mercado de cigarros.
		4. Congresso Nacional - Promover ações para fortalecer bloco de parlamentares em defesa da cultura do Tabaco
		5. MAPA - Estabelecer parceria de atuação do Ministério em defesa de forma mais enfática da cultura do Tabaco junto aos Ministerios e Orgãos Federais afins.
		6. Reivindicar maior participação do MAPA nos contrapontos a ataques exagerados e sem fundamentos tecnicos ao Setor

Tema	Item	Diretrizes
7 .GOVERNANÇA DA CADEIA	Dados Econômicos do Setor (NE)	1. Solicitar ao IBGE a inserção nos seus trabalhos de censo e estatísticas a informação dos dados econômicos do Setor no Nordeste

Tema	Item	Diretrizes
8. LEGISLAÇÃO	Legislação Tributária	1. Implementar estratégias visando permitir a utilização dos Créditos acumulados de ICMS pelas Indústrias processadoras e cigarreiras
		2. Implementar ações para redução do IPI de Charutos de 30% para 15%
		3. Acompanhar o Projeto de Lei no Congresso de reformulação do IPI - PL 6400
	Legislação Trabalhista	1. Apoiar todos os projetos que promovam a adequação da legislação trabalhista no meio rural sem a perda dos direitos atuais dos trabalhadores
		2. Promover a apoia projetos de adequação da NR31
	Legislação Ambiental	1. Acompanhar as alterações da legislação do Código Florestal, de forma a adequa-las as especificidades do Setor







Tema	Item	Diretrizes
9. CRÉDITO E SEGURO	Seguro Rural	1. Ampliar o acesso dos produtores, trabalhando as especificidade do setor 2. Atuar junto aos governos estaduais para implantar subvenção estadual ao prêmio similar ao existente em São Paulo 3. Ampliar a discussão da expansão do Seguro Agrícola com Bancos, Seguradoras, Governo, Produtores e demais envolvidos 4. Implementar o fundo de catástrofe
	Crédito Rural	1. Buscar a criação de linha de crédito com taxa competitivas para pequenos agricultores, que façam parte dos próximos PAP- Plano Agrícola e Pecuário do Governo Federal.

Tema	Item	Diretrizes
10. COMERCIALIZAÇÃO	Negociações Internacionais	1. Estabelecer negociações bilaterais com o Paraguai em questões de interesse do setor, envolvendo demais cadeias do Agronegócio com o mesmo interesse
		2. Incluir nas negociações Mercosul - EEU a inclusão do Cap 24 do NCM, no Sistema Geral de Preferências (SGP), inclusive desonerando de aliquotas para zero vis-a-vis.
		3. Estabelecer tratamento isonômico de impostos aos Charutos importados de Cuba, hoje com alíquota zero, buscando reverter o acordo comercial no âmbito do Mercosul
		4. Implementação da equalização tributária com os países do Mercosul
	Exportação de Tabaco para a China	1. Incluir no protocolo com a China os Estados da Bahia, Alagoas, Paraná e Santa Catarina
	Taxa de exportação de Cigarros	1. Buscar a extinção da taxa de exportação para os países da América Latina após a implementação da equalização tributária com os países do Mercosul



Secretaria  
Executiva

Ministério da  
**Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento**

G O V E R N O   F E D E R A L  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA